1 Introdução

Cheguei ao tema das rádios comunitárias através de um outro interesse: a internet. Quando a idéia de escrever uma dissertação sobre inclusão digital era ainda muito incipiente, conheci alguns projetos sociais cujo pontapé inicial tinha ligação com rádio. Para essas iniciativas, a internet era apenas uma continuação de um trabalho anterior; a introdução de uma nova mídia para quem já estava se ocupando com o tema da comunicação. O que chamou minha atenção foi a paixão que os envolvidos com o projeto demonstravam com relação à rádio.

Já tinha ouvido por aí que um microfone pode ser muito sedutor, especialmente se estamos falando de gente cuja voz sempre foi abafada. Também eu acabei mobilizada pela energia que envolve a todos que trabalham com rádio. Todas as histórias de fechamento de rádios, de repressão acabaram por incitar ainda mais minha curiosidade para entender que fenômeno é esse. E a despeito das possibilidades comunicativas que a internet vem abrindo, preferi concentrar-me na rádio.

Mais do que simplesmente tocar músicas, o que me parece curioso nas rádios que conheci em áreas periféricas do Rio de Janeiro relaciona-se com seu intuito de mobilização social, de articulação com a vida cívica e de atuação como um instrumento para a vida local. É justamente por estarem em áreas que conjugam desigualdades de diferentes ordens o que torna esse trabalho mais importante. Infelizmente, é também o quadro de iniquidade que muitas vezes obstaculiza essa ação.

Nossa hipótese diz respeito ao potencial das rádios comunitárias na criação de espaços públicos alternativos, atuando como meio de vocalização de questões locais, de reconhecimento e solidariedade social em ambientes marcados por autoritarismo social, relações de trabalho instáveis e condições sociais precárias e cambiantes.

As rádios comunitárias são experiências herdeiras das chamadas rádios piratas, que surgiram há mais de 40 anos no país. Somente em 1990, surge o conceito de rádio comunitária, como emissoras que têm como objetivo a preservação de valores culturais e sociais e a divulgação de informação de interesse de uma coletividade.

Uma vez que os grupos subalternos foram relegados ao posto de não-cidadãos, a multiplicação de arenas públicas, nas quais a exclusão social, de gênero, racial e econômica pode ser contestada e re-significadas é parte integrante do aprofundamento da democracia.

Durante os anos 80 e 90 vamos assistir a uma intensa luta em torno da democratização da comunicação que terá as rádios comunitárias como principais veículos para concretizar esse ideal.

Uma das conquistas do movimento das rádios comunitárias é a Lei 9.612 de 1998, que embora não esteja a contento das expectativas e necessidades daqueles que atuam em rádios comunitárias, foi vista como uma primeira batalha ganha. Ela regulamenta o setor e define que rádio comunitária deve servir às comunidades locais, sendo regida por um estatuto de entidade sem fim lucrativo.

Entretanto, a grande maioria das rádios hoje em funcionamento permanece na clandestinidade. Para conseguir a outorga é preciso enfrentar uma forte burocracia e atender a uma série de requisitos que não correspondem à realidade das rádios. Conseqüentemente, muitas delas sofrem repressões da ANATEL e da Polícia Federal, o que contribui para a sensação de abandono e cria mais dificuldades para a realização de seu trabalho.

Além disso, a apropriação do espaço das rádios para fins comerciais e políticos por grupos que criam entidades fictícias, torna o cenário mais complexo, desvirtuando o propósito das rádios comunitárias. Em pesquisa recente, NUNES (2002) identificou que, no Ceará, cerca de 90% das emissoras comunitárias estão nas mãos de políticos, conformando um processo classificado por ela como coronelismo eletrônico.

Houve nos últimos anos uma expansão significativa do número de rádios comunitárias no país. A ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) calcula que haja cerca de 15.000 rádios funcionando hoje. Muitas delas, pouco preocupadas em construir um espaço de articulação e diálogo público. No entanto, sabemos que há muitas experiências imbuídas da tarefa de realizar um trabalho comunitário. E para essas precisamos nos voltar e analisar que tipo de contribuição têm podido oferecer e que obstáculos precisam enfrentar.

Optamos por trabalhar com rádios na Baixada Fluminense, que ocupa um lugar periférico no âmbito da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O que torna a tarefa das rádios mais imperiosa.

Não foi a Baixada, mas a favela que sempre atraiu maior atenção tanto do poder público quanto dos acadêmicos no Rio de Janeiro, o que se comprova pelos estudos, pesquisas e políticas urbanas. Ao passo que em São Paulo, por exemplo, a periferia sempre ocupou as preocupações de sociólogos, antropólogos, urbanistas e agentes de instâncias do Estado.

Não à toa, de acordo com os dados do IBGE, a favela se encontra em posição de vantagem em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro, no que diz respeito a acesso a equipamentos urbanos, como água, saneamento, coleta de lixo. Tal fato é resultado de décadas de investimento na chamada “urbanização das favelas”, realizada por organizações não governamentais, poder público e população local (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000). Essa constatação rompe com a correlação tão comum da favela como o lugar da pobreza e revela que urge uma maior compreensão da realidade da Baixada.

A Baixada Fluminense esteve fortemente marcada por representações negativas, resultado da condição subalterna que ocupa no imaginário da capital. Até os anos 90, o tema da violência esteve vinculado à Baixada e a postura da mídia apenas reforçou as imagens negativas sobre a região. Felizmente, esse quadro vem mudando nos últimos anos, como consequência de uma inflexão da atuação da mídia, mas também do esforço de movimentos sociais, institutos culturais e organizações da sociedade civil em representá-la de forma mais positiva.

Essa nova fase guarda estreita relação com as mudanças no padrão de estruturação do espaço da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que afetou significativamente a Baixada. A região ganhou maior dinamismo econômico e galgou o posto de novo pólo de desenvolvimento do estado. No bojo dessas modificações, investimentos do mercado imobiliário, como moradias para classes médias e superiores e shopping centers, também têm sido um importante propulsor dessa “nova” Baixada.

É a partir desse pano de fundo que produzimos a presente dissertação. Como estudo de caso, após visitas a diferentes rádios no Rio de Janeiro, selecionamos as rádios Novos Rumos, em Queimados, e Onda Livre, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A razão da escolha se deveu a constatação de que na história dessas rádios a atuação de movimentos e organizações sociais havia tido papel importante na sua constituição.

Muitos de seus fundadores são ativistas sociais, conectados com as lutas e os debates de cada um desses municípios. Vários tiveram sua formação ligada à movimentação que tomou os bairros das periferias nos anos 70 e 80.

A rádio Novos Rumos é portadora do título de primeira comunitária do Brasil. O reconhecimento se deve ao fato de ter sido a primeira rádio a criar um estatuto, uma entidade mantenedora e estabelecido regras para seu funcionamento. Seu estatuto foi base para a criação de outras rádios e para elaboração das propostas de regulamentação das rádios comunitárias. Quando da sua criação, em 1991, a cidade de Queimados estava se municipalizando. E a rádio, então, assumiu a função de ser a rádio da cidade, o espaço em que os queimadenses pudessem ter oportunidade de debater entre si e falar sobre sua cidade. No entanto, meses depois de sua criação, a rádio foi fechada pela Polícia Federal e esteve durante quatro anos fora do ar, retornando em 1995.

A rádio Onda Livre se situa na cidade de São João de Meriti e foi criada em maio de 1998 pela FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), ASPAS (Ação Social Paulo Sexto), Casa da Cultura da Baixada e a ABM (Conselho de Entidades Populares). Essas instituições tinham como objetivo abrir um canal de diálogo com a população da cidade sobre suas ações e plataformas de luta. Dessa forma, esperavam poder oferecer para a população de São João informações e debates, diferentes daqueles acessados através da grande mídia, e que tivessem uma perspectiva crítica sobre a realidade.

Tentamos compreender essas experiências, tendo em vista a realidade dos municípios em que estão situadas. Nosso objetivo é tratar dos desafios e oportunidades da vida cívica da Baixada. Pretendemos verificar as motivações e as estratégias para a construção de uma rádio comunitária e compreender como essa tarefa se articula com a dinâmica associativa local.

Para isso realizamos entrevistas com pessoas que atuam ou já atuaram nas rádios, percorrendo os seguintes tópicos: perfil do entrevistado, motivação para criação da rádio, percepção sobre a realidade local, possíveis contribuições da rádio para a vida local, relação com movimento de rádio comunitária e desafios para realização do trabalho da rádio.

Além das entrevistas, foi possível ter acesso a documentos das rádios e realizou-se um levantamento sobre dados da vida local para melhor contextualização.

Partindo da pesquisa que realizamos, dividimos a dissertação em quatro partes. No primeiro capítulo, faremos uma rápida visita aos anos 70 e 80 e falaremos sobre os

movimentos sociais e o debate que suscitaram sobre reconhecimento social, ampliação de arenas públicas e seus temas. Será importante compreender a emergência e o abandono do conceito de comunicação popular nesse período e as discussões que trouxe em seu bojo.

O segundo capítulo trata das rádios comunitárias, seu surgimento e suas lutas. O tema do terceiro capítulo é a Baixada, a construção desse espaço e seu momento atual, através da análise de dados sobre sua realidade. Enfatizamos também a representação da mídia sobre a região nos últimos anos.

O quarto capítulo é a apresentação da pesquisa de campo realizada nas rádios, suas histórias, os personagens e as estratégias de cada uma para realização de seu trabalho e articulação com a vida local.

Pesquisar rádios comunitárias tem sido um caminho pouco explorado nas ciências sociais, tendo maior receptividade na área da comunicação, que privilegia a análise da linguagem e estratégias comunicativas utilizadas e os estudos sobre recepção. Entretanto, visto que a mídia comunitária assume importância na vida cívica local, ela também pode se transformar em um objeto de interesse para o debate nas ciências sociais.